

Produzir no campo ainda é um projeto de vida? Um estudo sobre o trabalho rural e o ideário social no semiárido nordestino

Is producing in the countryside still a life project? A study on rural work and social ideology in the northeastern semi-arid region

Valesca Fernandes Rodrigues¹ e Helmara Giccelli Formiga Wanderley²

v. 14/ n. 1 (2026)
Janeiro/Março

Aceito para publicação em 16/02/2026.

¹Mestra em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0009-0000-1228-9946. E-mail: valescafr95@gmail.com;

²Professorado Programa de Pós-Graduação em Gestão Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal, Paraíba, Brasil. ORCID: 0000-0002-7024-4575. E-mail: helmaragiccelli@hotmail.com.

Resumo: Este artigo analisa as transformações do trabalho rural no semiárido nordestino, discutindo se produzir no campo ainda se constitui como um projeto de vida para as populações rurais. A partir de uma abordagem teórico-analítica, fundamentada na sociologia rural e na geografia social, examinam-se as condições socioeconômicas e ambientais do semiárido, o papel da agricultura familiar e as reconfigurações contemporâneas do trabalho rural diante das mudanças climáticas, da precarização laboral e das políticas públicas. O estudo evidencia que o trabalho rural ultrapassa a dimensão produtiva, incorporando elementos simbólicos, identitários e afetivos expressos no imaginário social do campo. Destaca-se, ainda, o papel da juventude rural, cujas trajetórias são marcadas por tensões entre tradição, necessidade econômica e escolha individual, refletindo desafios relacionados à escolarização, à sucessão familiar e à permanência no meio rural. Os resultados indicam que, apesar das limitações estruturais e das desigualdades históricas, existem possibilidades de ressignificação do campo como espaço de vida e trabalho, especialmente por meio da diversificação produtiva, da pluratividade e da valorização dos saberes tradicionais. Conclui-se que produzir no campo permanece como um projeto de vida possível, embora tensionado, no contexto do semiárido brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho rural; Semiárido nordestino; Agricultura familiar; Juventude rural; Projeto de vida.

Abstract: This article analyzes the transformations of rural work in the Brazilian Northeastern semi-arid region, discussing whether producing in the countryside still constitutes a life project for rural populations. Based on a theoretical-analytical approach grounded in rural sociology and social geography, the study examines the socioeconomic and environmental conditions of the semi-arid region, the role of family farming, and contemporary reconfigurations of rural work in the context of climate change, labor precariousness, and public policies. The findings indicate that rural work goes beyond its productive dimension, incorporating symbolic, identity-related, and affective elements expressed in the social imaginary of the countryside. Special emphasis is placed on rural youth, whose trajectories are shaped by tensions between tradition, economic necessity, and individual choice, reflecting challenges related to schooling, generational succession, and permanence in rural areas. Despite structural constraints and historical inequalities, the study highlights possibilities for re-signifying the countryside as a space of life and work, particularly through productive diversification, pluriactivity, and the valorization of traditional knowledge. It is concluded that producing in the countryside remains a possible, though contested, life project within the Brazilian semi-arid context.

Keywords: Rural work; Brazilian semi-arid region; Family farming; Rural youth; Life project.

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP>

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho rural como centralidade no modo de vida das populações do semiárido brasileiro tem sido objeto de intenso debate entre pesquisadores, formuladores de políticas públicas e movimentos sociais. Historicamente marcado por condições ambientais adversas e vulnerabilidades socioeconômicas, o semiárido nordestino abriga uma agricultura familiar que, embora represente uma fração significativa da produção de alimentos e da ocupação rural, enfrenta desafios estruturais relacionados à modernização, acesso a recursos e políticas públicas específicas para sua sustentabilidade. Pesquisadores como Sousa e Costa (2024), ao analisar o perfil socioeconômico de agricultores familiares no semiárido do Ceará, destacam a diversidade produtiva e a importância da geração de renda local para a manutenção de atividades rurais tradicionais, evidenciando a pluralidade de estratégias que configuram o trabalho no campo.

No Brasil, a agricultura familiar, categoria responsável por parcela significativa da produção de alimentos destinados ao consumo interno, tem sido discutida não apenas como uma atividade econômica, mas também como um elemento estruturante das identidades sociais, culturais e das relações de trabalho no meio rural. Estudos recentes apontam que essa forma de organização produtiva está diretamente associada à manutenção de modos de vida, saberes tradicionais e dinâmicas comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural sustentável (Schneider, 2021; Grisa, 2023). A agricultura familiar, nesse contexto, representa um importante ator social e econômico no campo brasileiro, desempenhando papel fundamental na segurança alimentar e na organização territorial das comunidades rurais (Schneider, 2023; Sabourin, 2022).

O trabalho rural tem passado por transformações significativas diante de múltiplas pressões contemporâneas, tais como a instabilidade climática, as mudanças nos mercados agrícolas e a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Estudos recentes destacam que esses fatores influenciam diretamente as formas de organização produtiva e social das famílias rurais, exigindo constantes processos de adaptação por parte dos agricultores (Schneider, 2021; Sabourin, 2022). No semiárido brasileiro, pesquisas sobre programas de fomento e políticas de desenvolvimento rural apontam que essas iniciativas exercem impacto direto na capacidade de reprodução econômica das unidades familiares, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de convivência com as condições climáticas adversas e com as instabilidades do mercado agrícola (Grisa; Schneider, 2023; Niederle; Schneider, 2020).

Ao mesmo tempo, a literatura aponta que as transformações contemporâneas no trabalho rural incluindo a diversificação das atividades produtivas, a incorporação de novas tecnologias e as pressões socioeconômicas relacionadas à migração e ao êxodo rural influenciam diretamente a forma

como as famílias camponesas percebem e projetam seu futuro no campo (Schneider, 2021; Wanderley, 2019; Sabourin, 2022). Essas mudanças reconfiguram não apenas as práticas produtivas, mas também as representações sociais e os imaginários associados ao que significa “produzir no campo” como um projeto de vida e de permanência territorial. Nesse sentido, estudos como os de Silva e Barbosa (2024) discutem como o imaginário do sertão e as propostas de convivência com o semiárido se articulam com processos de construção de identidade territorial, pertencimento socioambiental e valorização dos modos de vida rurais.

Outro eixo relevante na discussão contemporânea é a presença e a ausência da juventude rural nas dinâmicas produtivas do campo e suas implicações para a renovação e continuidade dos projetos de vida no meio rural. Rabelo *et al.* (2023) evidencia que a invisibilidade dos jovens no contexto da agricultura familiar no semiárido, frequentemente relacionada à falta de reconhecimento e de participação nos processos decisórios das unidades familiares, contribui para a migração rural-urbana ou para a busca de oportunidades fora do campo, o que impacta diretamente a continuidade dos projetos de vida rurais.

Além disso, abordagens contemporâneas sobre a convivência com o semiárido ressaltam que o desenvolvimento rural na região não pode ser compreendido apenas a partir de indicadores econômicos ou produtivos, devendo incorporar também dimensões culturais, sociais e simbólicas que estruturam os modos de vida das populações rurais. Nesse sentido, estudos sobre convivência com o semiárido destacam a importância da valorização dos saberes locais, das práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais e das experiências historicamente construídas pelas comunidades rurais na relação com o território (Sabourin, 2022; Schneider, 2021). Essa perspectiva rompe com interpretações historicamente marcadas pela ideia de “combate à seca” e passa a enfatizar estratégias de adaptação e resistência social construídas pelas próprias populações do semiárido (Silva, 2018).

A partir dessa abordagem, diferentes autores têm argumentado que o trabalho rural, especialmente no contexto da agricultura familiar, ultrapassa a dimensão estritamente econômica, configurando-se também como elemento constitutivo de identidades sociais e territoriais. Conforme destaca Wanderley (2019), o meio rural deve ser compreendido como um “espaço de vida”, no qual as relações produtivas se articulam com vínculos afetivos, práticas culturais e formas de pertencimento ao território. Dessa forma, para muitos agricultores familiares, a permanência no campo não está associada apenas à geração de renda, mas envolve também a continuidade de saberes ancestrais, laços comunitários e expectativas coletivas em relação ao futuro das famílias e das comunidades rurais.

Nesse contexto, discutir o trabalho rural implica também refletir sobre sua relação com os projetos de vida das populações do campo. Como argumenta Schneider (2021), as transformações

contemporâneas na agricultura familiar marcadas pela diversificação das atividades produtivas, pela ampliação das políticas públicas e pelas pressões socioeconômicas associadas à migração e ao êxodo rural influenciam diretamente as decisões das famílias sobre permanecer, migrar ou redefinir suas estratégias de reprodução social no meio rural. Assim, o trabalho no campo passa a ser constantemente reinterpretado pelos próprios sujeitos sociais, que reavaliam suas perspectivas de futuro diante das mudanças econômicas, ambientais e sociais que atravessam o espaço rural.

Diante desse panorama, a questão central que orienta este estudo é: produzir no campo ainda se configura como um projeto de vida para as populações do semiárido nordestino? A partir dessa problemática, busca-se analisar de que maneira as transformações no trabalho rural se articulam com as representações sociais e os imaginários construídos em torno do campo e do sertão. Ao dialogar com pesquisas recentes sobre agricultura familiar, juventude rural e identidades territoriais, o presente estudo procura compreender como fatores estruturais como políticas públicas, mudanças climáticas e dinâmicas de mercado interagem com dimensões simbólicas e culturais na construção das expectativas de futuro dos sujeitos que vivem e trabalham no semiárido. Dessa forma, a análise situa-se na interface entre a geografia social, a sociologia rural e os estudos sobre desenvolvimento territorial, contribuindo para compreender as tensões contemporâneas entre permanência e deslocamento no meio rural.

2. O SEMIÁRIDO NORDESTINO E O TRABALHO RURAL

2.1 Caracterização socioeconômica e territorial do semiárido

O Semiárido Nordeste caracteriza-se pela irregularidade pluviométrica, pela ocorrência de longos períodos de estiagem e por condições climáticas adversas, fatores que influenciam profundamente as práticas produtivas e as formas de organização social no campo. Segundo o Instituto Nacional do Semiárido, essa região apresenta elevada variabilidade climática e precipitações concentradas em curtos períodos do ano, o que impõe desafios estruturais às atividades agrícolas e às estratégias de reprodução social das populações rurais (INSA, 2020). Do ponto de vista físico-ambiental, o semiárido brasileiro está inserido no domínio do bioma Caatinga, caracterizado por vegetação xerófila adaptada à escassez hídrica e por dinâmicas ecológicas específicas que condicionam o uso e o manejo dos recursos naturais. Esses elementos ambientais, associados a processos históricos de concentração fundiária e desigualdade no acesso à terra, contribuem para a formação de um cenário de vulnerabilidade socioeconômica para grande parte da população rural.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que o semiárido nordestino concentra uma parcela significativa da população rural brasileira, evidenciando a importância do

trabalho agrícola para a organização social e econômica da região (IBGE, 2017; IBGE, 2022). Nesse contexto, a dependência dos recursos naturais locais e a irregularidade climática influenciam diretamente as estratégias produtivas adotadas pelas famílias agricultoras, que frequentemente precisam adaptar seus sistemas de produção às condições ambientais da região. Conforme destacam Silva e Barbosa, as desigualdades sociais observadas no semiárido não podem ser explicadas apenas por fatores naturais, mas também por processos históricos de ocupação territorial e concentração de poder econômico. Segundo os autores, “as condições de vulnerabilidade social presentes no semiárido brasileiro resultam de um processo histórico de marginalização territorial, no qual fatores ambientais se combinam com desigualdades estruturais no acesso à terra, à água e às políticas públicas” (Silva; Barbosa, 2024, p. 08).

No que se refere aos indicadores sociais e agrários, estudos do Instituto Nacional do Semiárido e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que o Semiárido concentra uma elevada proporção de estabelecimentos de agricultura familiar, ao mesmo tempo em que apresenta forte desigualdade na distribuição da terra e dos recursos produtivos. Essa configuração territorial evidencia as contradições que marcam o espaço rural nordestino, caracterizado pela coexistência de pequenas propriedades familiares e grandes latifúndios, além de assimetrias no acesso aos meios de produção e aos mercados agrícolas.

Diante desse cenário, iniciativas baseadas no cooperativismo e no associativismo têm sido apontadas como estratégias relevantes para fortalecer a agricultura familiar e ampliar a capacidade de inserção dos pequenos produtores nos circuitos econômicos regionais. Essas formas de organização coletiva permitem reduzir custos de produção, ampliar o acesso a mercados e fortalecer processos de comercialização, contribuindo para que agricultores familiares se mantenham competitivos, inclusive no âmbito das cadeias agroindustriais. Além disso, o associativismo rural favorece a construção de redes de solidariedade e cooperação entre os produtores, fortalecendo estratégias coletivas de convivência com o semiárido e ampliando as possibilidades de permanência das famílias no campo.

2.2 Agricultura familiar e estrutura fundiária

A agricultura familiar no Semiárido nordestino desempenha papel fundamental na economia rural, especialmente na geração de emprego, renda e na produção de alimentos destinados ao consumo local. Segundo Sousa e Costa (2024), a agricultura familiar na região caracteriza-se pela diversidade produtiva e pela utilização predominante da mão de obra familiar, constituindo um elemento central para a segurança alimentar e para a manutenção das economias locais. Entre as atividades mais comuns destacam-se a ovinocaprinocultura, a bovinocultura de pequeno porte, a apicultura, a

avicultura, além do cultivo de culturas adaptadas às condições climáticas da região, como milho, feijão, mandioca e forrageiras destinadas à alimentação animal. Essa diversidade produtiva constitui uma estratégia importante de adaptação às condições ambientais do semiárido, permitindo que as famílias agricultoras reduzam riscos associados à irregularidade climática e à instabilidade dos mercados agrícolas.

Entretanto, apesar de sua relevância social e econômica, a agricultura familiar enfrenta limitações estruturais historicamente consolidadas. Entre os principais obstáculos destacam-se a desigualdade na distribuição da terra, o acesso restrito ao crédito rural e as fragilidades nos serviços de assistência técnica e extensão rural, fatores que comprometem a sustentabilidade produtiva e econômica das unidades familiares. Nesse contexto, debates recentes ressaltam a importância de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, como instrumentos capazes de ampliar a autonomia produtiva das famílias rurais e reduzir sua dependência de mercados externos. Programas de crédito rural, assistência técnica e iniciativas voltadas à convivência com o semiárido têm buscado fortalecer a capacidade de adaptação das populações rurais diante das adversidades ambientais e das desigualdades estruturais presentes na região.

No entanto, a persistência da concentração fundiária no meio rural nordestino continua sendo um dos principais fatores que limitam o desenvolvimento da agricultura familiar. Conforme destaca Maria Nazareth Baudel Wanderley, a agricultura familiar no Brasil se desenvolve em um contexto marcado por profundas desigualdades na estrutura fundiária, o que impõe limites à reprodução social das famílias rurais e às suas possibilidades de inserção econômica (Wanderley, 2021). Essa configuração territorial influencia diretamente o trabalho rural, uma vez que a pequena produção permanece frequentemente subordinada a estruturas agrárias historicamente excludentes, dificultando o acesso a recursos produtivos e a oportunidades de modernização agrícola.

Além disso, a desigualdade fundiária também impacta o acesso dos agricultores familiares a processos de inovação tecnológica. A limitada disponibilidade de terra e de capital produtivo reduz a capacidade de investimento das famílias rurais, dificultando a adoção de maquinários modernos, sistemas de irrigação e tecnologias agrícolas que poderiam ampliar a produtividade e a competitividade das pequenas propriedades. Embora programas públicos de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tenham sido criados com o objetivo de ampliar o acesso ao financiamento para os agricultores familiares, muitos produtores ainda enfrentam barreiras burocráticas e institucionais que restringem sua participação nesses programas. Como resultado, a pequena produção rural frequentemente encontra dificuldades para competir com grandes propriedades e empreendimentos agroindustriais, perpetuando um quadro de desigualdade produtiva e tecnológica no campo.

Historicamente, a produção agrícola no Semiárido nordestino esteve baseada em sistemas tradicionais de agricultura de sequeiro e no uso diversificado dos recursos naturais do bioma Caatinga como forma de mitigar os efeitos da irregularidade climática. Estudos sobre a dinâmica agrícola da região demonstram que os agricultores familiares frequentemente combinam diferentes atividades produtivas, articulando cultivos de subsistência com criações animais e outras estratégias complementares de geração de renda. Entre essas atividades destacam-se o cultivo de milho, feijão e mandioca, a criação de caprinos e ovinos, a apicultura, a avicultura de pequeno porte, além do extrativismo vegetal e da produção de forragem adaptada às condições do semiárido. Essa diversidade produtiva constitui uma estratégia fundamental para reduzir riscos associados às variações climáticas e garantir a reprodução social das famílias rurais. Como observa Roberto Malvezzi, “a sobrevivência do semiárido sempre esteve ligada à capacidade de adaptação das populações às condições do clima e do solo” (Malvezzi, 2020, p. 18).

Essa pluralidade de atividades, muitas vezes pouco formalizadas e nem sempre captadas pelas estatísticas oficiais, integra o conjunto de estratégias de sobrevivência e adaptação construídas historicamente pelas populações rurais da região. Além das atividades agrícolas propriamente ditas, muitas famílias também recorrem a práticas complementares como a produção artesanal de alimentos, o beneficiamento de produtos agropecuários, a coleta de recursos naturais da caatinga e a participação em redes de trabalho comunitário. Essas práticas demonstram a capacidade de resiliência socioambiental das populações do semiárido, que desenvolvem formas de uso do território adaptadas às limitações ambientais, mesmo diante de desafios estruturais como escassez hídrica, limitações de infraestrutura e desigualdades no acesso aos meios de produção.

No entanto, essas estratégias produtivas e formas de organização do trabalho rural foram historicamente invisibilizadas por políticas públicas orientadas pela lógica do “combate à seca”, que predominou durante grande parte do século XX. Ao analisar esse processo, Silva *et al.* (2023) argumentam que o discurso do combate à seca contribuiu para reforçar a imagem do semiárido como uma região marcada pela improdutividade e pela incapacidade produtiva, desconsiderando os saberes locais e as práticas tradicionais desenvolvidas pelas populações camponesas. Para os autores, essa construção discursiva acabou legitimando intervenções estatais que pouco dialogavam com as realidades locais e que frequentemente ignoravam as estratégias históricas de convivência com o semiárido desenvolvidas pelas próprias comunidades rurais. Dessa forma, Silva *et al.* (2023) ressaltam que a valorização das práticas locais de produção e manejo dos recursos naturais é fundamental para compreender as dinâmicas do trabalho rural e as possibilidades de desenvolvimento territorial na região.

Além das dimensões produtivas e ambientais, a dinâmica da agricultura familiar no semiárido também está profundamente relacionada aos circuitos de comercialização e às formas de inserção no mercado. A produção agrícola da região não se limita ao autoconsumo, sendo frequentemente destinada à comercialização em mercados locais e regionais. Nesse contexto, as feiras livres desempenham papel central como espaços de circulação de mercadorias, troca de saberes e fortalecimento das economias locais. Muitas dessas atividades comerciais ocorrem em circuitos curtos de comercialização, frequentemente marcados por relações diretas entre produtores e consumidores. Paralelamente, políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm contribuído para ampliar as oportunidades de comercialização para a agricultura familiar, garantindo a compra institucional de produtos e fortalecendo a inserção dos pequenos produtores nas cadeias agroalimentares. Essas iniciativas permitem que agricultores familiares participem de circuitos econômicos mais amplos, ao mesmo tempo em que fortalecem a segurança alimentar e a valorização da produção local.

Dessa forma, compreender a produção agrícola no semiárido nordestino exige considerar não apenas as condições ambientais da região, mas também as estratégias produtivas, as formas de organização social do trabalho e os mecanismos de inserção econômica construídos pelas populações rurais. A articulação entre adaptação ambiental, diversidade produtiva e inserção nos mercados locais revela que o trabalho rural no semiárido constitui um elemento central para a manutenção dos modos de vida camponeses e para a construção de alternativas de desenvolvimento territorial na região.

2.3 Desafios ambientais e produtivos

Os desafios ambientais permanecem como elementos centrais na configuração do trabalho rural no semiárido nordestino, especialmente diante do agravamento das mudanças climáticas. Entre os principais processos observados na região destacam-se a intensificação das secas prolongadas, a irregularidade crescente do regime de chuvas, a degradação dos solos e a expansão de áreas suscetíveis à desertificação. Esses fenômenos impactam diretamente os sistemas produtivos da agricultura familiar, ampliando a instabilidade da produção agrícola e aumentando a vulnerabilidade socioeconômica das populações rurais. Estudos recentes apontam que a variabilidade climática no semiárido tem provocado alterações significativas nos calendários agrícolas e na disponibilidade de água para a produção, afetando diretamente as condições de trabalho das famílias agricultoras. Nesse sentido, Aquino *et al.* (2023) destacam que a irregularidade das chuvas e a maior frequência de eventos extremos intensificam os riscos produtivos, ampliando as incertezas econômicas e sociais enfrentadas pelos agricultores familiares da região.

Além dos fatores ambientais, somam-se desafios estruturais relacionados ao acesso a crédito rural, assistência técnica e mercados de comercialização. De acordo com Rabelo *et al.* (2023), a fragilidade das políticas de apoio à agricultura familiar e a limitada oferta de serviços de extensão rural comprometem as possibilidades de modernização produtiva e dificultam a permanência das novas gerações no campo. Esse cenário contribui para reforçar a percepção do trabalho rural como uma atividade marcada pela instabilidade econômica e pelas incertezas produtivas, influenciando diretamente os imaginários sociais sobre a viabilidade de produzir no campo como projeto de vida.

Ao mesmo tempo, iniciativas baseadas na perspectiva da convivência com o semiárido têm buscado construir alternativas para enfrentar esses desafios ambientais e socioeconômicos. Essas experiências articulam saberes tradicionais das comunidades rurais com inovações técnicas voltadas ao uso sustentável da água e dos recursos naturais. Entre as tecnologias sociais mais difundidas destacam-se os sistemas de captação e armazenamento de água da chuva por meio de cisternas, as barragens subterrâneas, os sistemas de irrigação de baixo consumo hídrico e o reuso de águas cinzas para a produção agrícola e a manutenção de quintais produtivos. Essas práticas têm sido reconhecidas como estratégias fundamentais para fortalecer a segurança hídrica, ampliar a resiliência produtiva e garantir maior sustentabilidade às atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais do semiárido (Silva e Barbosa, 2024).

Nesse contexto, as estratégias de convivência com o semiárido revelam que o enfrentamento das adversidades climáticas não depende apenas de soluções tecnológicas isoladas, mas também do fortalecimento de políticas públicas, da valorização dos saberes locais e da construção de redes comunitárias de cooperação. Ao promover maior autonomia produtiva e segurança hídrica para as famílias agricultoras, essas iniciativas contribuem para redefinir as condições do trabalho rural na região e ampliar as possibilidades de permanência das populações no campo, especialmente em um contexto marcado pelas transformações climáticas e pelas pressões socioeconômicas contemporâneas.

3. TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO RURAL

3.1 Reconfigurações produtivas e tecnológicas

As transformações recentes no trabalho rural estão profundamente associadas às reconfigurações produtivas e à incorporação seletiva de tecnologias no campo. No semiárido brasileiro presente majoritariamente no Nordeste, mas também em áreas do norte de Minas Gerais essas mudanças não ocorrem de forma homogênea, sendo marcadas por desigualdades estruturais no acesso ao crédito, à assistência técnica e à infraestrutura produtiva. Nesse contexto, Schneider destaca que a modernização da agricultura não se distribui de maneira equitativa no meio rural, produzindo

distintos ritmos e formas de inserção produtiva entre os diferentes grupos sociais que vivem no campo (Schneider, 2020).

No caso da agricultura familiar, a adoção tecnológica tende a ocorrer de forma parcial e adaptada às condições locais, frequentemente articulando saberes tradicionais com inovações técnicas apropriadas às realidades socioambientais da região. Nesse sentido, Maria Nazareth Baudel Wanderley ressalta que a agricultura familiar se reinventa continuamente por meio da combinação entre tradição e inovação, redefinindo suas formas de produzir, trabalhar e se relacionar com o território (Wanderley, 2021). Assim, as reconfigurações produtivas no meio rural não implicam apenas mudanças técnicas ou ganhos de eficiência produtiva, mas também transformações no próprio conteúdo social do trabalho rural e nas formas de organização da produção.

Estudos recentes apontam ainda que, no contexto do semiárido, a incorporação de tecnologias ocorre muitas vezes de forma funcional e estratégica, vinculada sobretudo à lógica da sobrevivência e da redução de riscos produtivos, e não necessariamente à maximização da produtividade. Nesse processo, destacam-se as chamadas tecnologias sociais¹, como cisternas de captação de água da chuva, barragens subterrâneas, sistemas simplificados de irrigação e práticas de manejo adaptadas à escassez hídrica. De acordo com Roberto Malvezzi, as tecnologias apropriadas ao semiárido não buscam “vencer” a seca, mas sim conviver com ela, respeitando os limites ecológicos e sociais do território (Malvezzi, 2020). Essa perspectiva reforça que as transformações tecnológicas no campo não podem ser analisadas apenas a partir do paradigma da modernização agrícola convencional, centrado na intensificação produtiva e na ampliação do uso de insumos industriais.

Por outro lado, a ampliação do uso de tecnologias mecanizadas e digitais no meio rural também tem provocado mudanças nas relações de trabalho e na organização da produção agrícola. Em muitos casos, a incorporação tecnológica ocorre de forma subordinada à lógica do capital, ampliando a dependência de insumos externos e contribuindo para processos de intensificação do trabalho. Conforme observa Ricardo Antunes, a modernização tecnológica, quando inserida nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, pode resultar na ampliação das formas de precarização do trabalho, mesmo quando apresentada sob o discurso da inovação e da eficiência produtiva (Antunes, 2020, p. 52).

No contexto do semiárido brasileiro entendido aqui não apenas como um recorte regional do Nordeste, mas como parte de um conjunto mais amplo de territórios semiáridos presentes em

¹ **Tecnologias sociais** são compreendidas como técnicas ou metodologias desenvolvidas a partir da interação entre conhecimentos científicos e saberes populares, voltadas à resolução de problemas sociais e ambientais e caracterizadas pela participação comunitária, baixo custo e possibilidade de replicação em diferentes contextos (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2019).

diferentes regiões do país e do mundo essa contradição se expressa na coexistência entre práticas produtivas tradicionais e novas exigências técnicas impostas pelos mercados agrícolas. Tal configuração produz tensões que afetam tanto a autonomia dos agricultores familiares quanto o imaginário social sobre o trabalho rural, influenciando a forma como produzir no campo é percebido pelas populações rurais como um possível projeto de vida.

3.2 Pluriatividade e articulação entre campo e cidade

A pluriatividade tornou-se uma estratégia central de reprodução social das famílias rurais, especialmente em regiões marcadas por instabilidade produtiva, como o semiárido brasileiro. Essa dinâmica envolve a combinação de atividades agrícolas com ocupações não agrícolas, muitas vezes realizadas fora da propriedade rural ou em centros urbanos próximos. Nesse sentido, a renda das famílias passa a ser composta por diferentes fontes, como trabalho assalariado temporário, pequenos negócios locais, comércio informal, prestação de serviços ou participação em programas públicos de transferência de renda. Para Schneider e Cassol, a pluriatividade expressa a crescente articulação entre campo e cidade, rompendo com a ideia tradicional de um rural isolado e exclusivamente agrícola (Schneider; Cassol, 2022).

Essa articulação redefine o trabalho rural ao diluir fronteiras espaciais e ocupacionais entre atividades agrícolas e não agrícolas. Conforme destaca Guilherme Delgado, o trabalho no campo passa a integrar um mosaico mais amplo de estratégias econômicas familiares, no qual a renda agrícola deixa de ser a única base de sustentação das famílias rurais (Delgado, 2023). Esse processo contribui para a permanência das famílias no meio rural, ao mesmo tempo em que revela a fragilidade econômica de sistemas produtivos dependentes exclusivamente da agricultura, especialmente em contextos de instabilidade climática e de mercados agrícolas voláteis.

No contexto da produção rural familiar e, em alguns casos, também em empreendimentos agrícolas de maior escala a pluriatividade pode ser interpretada como uma estratégia de diversificação de investimentos e de redução de riscos econômicos. Muitas famílias agricultoras combinam o trabalho na propriedade com atividades complementares, como comércio em feiras livres, pequenos serviços urbanos, transporte informal, artesanato, produção de alimentos processados ou participação em cooperativas e associações rurais. Em diversas situações, essas atividades paralelas tornam-se fundamentais para garantir uma renda mínima estável, permitindo às famílias adquirir alimentos, insumos agrícolas e outros bens essenciais, especialmente em períodos de atraso das safras ou de perdas produtivas decorrentes de secas e irregularidades climáticas.

Entretanto, a insegurança econômica que marca o trabalho rural no semiárido não decorre apenas das condições ambientais adversas. Ela também está relacionada às fragilidades estruturais dos mercados agrícolas e às limitações de inserção dos pequenos produtores nas cadeias agroindustriais. A ausência de contratos estáveis de comercialização, a volatilidade dos preços agrícolas e a dificuldade de acesso a canais formais de distribuição fazem com que muitos agricultores dependam de mercados locais informais ou de intermediários, reduzindo sua capacidade de planejamento produtivo e ampliando as incertezas econômicas. Nesse cenário, a pluriatividade funciona como um mecanismo de proteção social e econômica, permitindo que as famílias rurais diversifiquem suas fontes de renda e enfrentem as oscilações do mercado agrícola.

Além disso, a ampliação das atividades não agrícolas no meio rural revela transformações mais amplas na organização do trabalho e na relação entre campo e cidade. A crescente mobilidade territorial das famílias rurais, associada ao acesso a redes de transporte, comunicação e mercados regionais, tem favorecido novas formas de inserção econômica que combinam produção agrícola, trabalho assalariado e atividades comerciais. Dessa forma, a pluriatividade não deve ser interpretada apenas como um sinal de fragilidade da agricultura familiar, mas também como uma estratégia adaptativa que permite às famílias agricultoras ampliar suas possibilidades de reprodução social e permanecer no meio rural em contextos marcados por profundas desigualdades estruturais.

3.3 Precarização do trabalho e insegurança econômica

Apesar das estratégias de adaptação desenvolvidas pelas populações rurais, o trabalho no semiárido brasileiro enfrenta um processo crescente de precarização, caracterizado pela informalidade, pela instabilidade da renda e pela limitada proteção social. Esse cenário está relacionado tanto às transformações estruturais do mundo do trabalho quanto às especificidades socioambientais da região. Conforme argumenta Ricardo Antunes, a precarização tornou-se uma característica marcante do capitalismo contemporâneo, manifestando-se por meio da intensificação do trabalho, da instabilidade ocupacional e da fragilização das garantias sociais que historicamente protegiam os trabalhadores (Antunes, 2020). No contexto rural, esses processos assumem características próprias, uma vez que a produção agrícola depende diretamente das condições ambientais e das dinâmicas de mercado.

No semiárido nordestino, essa precarização é agravada pela irregularidade climática e pela vulnerabilidade estrutural da agricultura familiar diante das oscilações produtivas e de mercado. A recorrência de secas prolongadas, a irregularidade das chuvas e as limitações de acesso a recursos produtivos tornam a renda agrícola particularmente instável. Nesse contexto, o trabalho rural

frequentemente se organiza em torno de múltiplas estratégias de sobrevivência, combinando produção agrícola, trabalho assalariado temporário, atividades informais e acesso a programas públicos de transferência de renda. Essa diversificação das fontes de renda permite certa estabilidade econômica às famílias rurais, mas também evidencia a fragilidade estrutural das condições de trabalho no campo.

As transformações produtivas e a ampliação da pluriatividade têm redefinido as relações de trabalho e renda no meio rural semiárido. Conforme destaca Wanderley, a economia das famílias rurais contemporâneas caracteriza-se pela articulação de diferentes formas de trabalho e geração de renda, nas quais a produção agrícola deixa de ser a única base da reprodução social das famílias (Wanderley, 2021, p. 83). Dessa forma, a renda rural passa a resultar de múltiplas inserções ocupacionais, combinando atividades agrícolas, trabalho assalariado, comércio local e participação em políticas públicas. Essa dinâmica evidencia que o trabalho rural contemporâneo não pode ser compreendido apenas a partir da produção agrícola, mas como parte de um conjunto mais amplo de estratégias econômicas e sociais construídas pelas famílias rurais.

Ao mesmo tempo, a permanência das populações no campo produz impactos socioeconômicos relevantes para as dinâmicas territoriais do semiárido. A continuidade das atividades agrícolas familiares contribui para a manutenção das economias locais, para o abastecimento alimentar regional e para a preservação de conhecimentos tradicionais associados ao manejo do território. Em muitas comunidades rurais, a agricultura familiar constitui um elemento central da organização social e cultural, estruturando redes de solidariedade, práticas coletivas de trabalho e formas de cooperação comunitária. Nesse sentido, a permanência no campo não representa apenas uma escolha econômica, mas também uma forma de manutenção de modos de vida historicamente construídos.

Entretanto, a decisão de permanecer no meio rural ocorre em meio a tensões e incertezas. A instabilidade da renda agrícola, as limitações de acesso a políticas públicas estruturantes e as oportunidades econômicas restritas em muitas áreas rurais influenciam diretamente as perspectivas de futuro das famílias agricultoras, especialmente das gerações mais jovens. Assim, a permanência no campo no semiárido brasileiro não pode ser interpretada apenas como resultado de condições produtivas, mas como parte de um processo complexo que envolve fatores econômicos, sociais, culturais e territoriais. Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar de que maneira o trabalho rural continua ou não sendo percebido como um projeto de vida viável para as populações que vivem no semiárido.

4. IMAGINÁRIO SOCIAL RURAL: SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES DO CAMPO

4.1 Conceito de imaginário social

O conceito de imaginário social refere-se ao conjunto de representações, valores, símbolos e narrativas que uma coletividade constrói e compartilha sobre o mundo social em que vive. No campo rural, essa construção simbólica influencia tanto a identidade dos sujeitos quanto suas expectativas de futuro. Na perspectiva de Rodrigues, o imaginário social não é apenas um reflexo das condições materiais da sociedade, mas uma força ativa que orienta as formas de percepção e de ação dos indivíduos. Como destaca o autor, “o imaginário social estrutura os significados sob os quais os indivíduos constroem sua prática social e interpretam a realidade” (Rodrigues, 2025, p. 12). Assim, a forma como o campo é percebido e significado pelos sujeitos que nele vivem não se reduz à materialidade do território, mas incorpora sentidos históricos e culturais que atravessam as relações sociais e produtivas no meio rural.

As representações do campo são construídas em múltiplos níveis, desde narrativas midiáticas e discursos institucionais até saberes e práticas locais transmitidos entre gerações. Pesquisas sobre representações sociais no meio rural demonstram que as concepções de ruralidade frequentemente carregam tanto idealizações quanto estigmas, influenciando a maneira como o campo é percebido por agricultores, jovens rurais e formuladores de políticas públicas. Nesse sentido, estudos de Venturin e Oliveira indicam que as representações sociais sobre o meio rural são atravessadas por disputas simbólicas que refletem diferentes interesses e projetos de desenvolvimento (Venturin; Oliveira, 2024, p. 88). Por um lado, discursos institucionais podem valorizar o campo como espaço de produção sustentável e de preservação cultural; por outro, narrativas hegemônicas frequentemente associam o meio rural ao atraso econômico e à falta de oportunidades, reforçando estigmas que influenciam as escolhas de vida das populações rurais.

No contexto do semiárido brasileiro, essas representações foram historicamente moldadas pelo discurso do “combate à seca”, que durante décadas apresentou a região como um espaço marcado pela escassez, pela improdutividade e pela dependência de intervenções externas. Essa construção simbólica contribuiu para a consolidação de um imaginário negativo sobre o território, frequentemente percebido como um lugar de dificuldades permanentes e poucas perspectivas de desenvolvimento. No entanto, a partir das últimas décadas, o fortalecimento da perspectiva da convivência com o semiárido passou a questionar esse imaginário, valorizando os saberes locais e as estratégias históricas de adaptação das populações rurais às condições ambientais da região. Essa mudança de perspectiva não implica apenas uma transformação técnica nas práticas produtivas, mas também uma reconfiguração simbólica do próprio território, que passa a ser percebido como um espaço de possibilidades e não apenas como um ambiente hostil.

Essa transformação no imaginário social do campo tem implicações diretas sobre as decisões de investimento produtivo e sobre as expectativas de permanência no meio rural. Quando o território deixa de ser percebido como um espaço inviável e passa a ser compreendido como um ambiente onde é possível viver e produzir de forma sustentável, ampliam-se também as possibilidades de construção de projetos de vida vinculados ao campo. Nesse sentido, o imaginário social exerce papel central na forma como agricultores e comunidades rurais interpretam suas condições de existência e projetam suas perspectivas de futuro.

Além disso, estudos sobre juventude rural e imaginários sociais indicam que as representações do campo também emergem das experiências concretas vividas por jovens e estudantes que crescem em contextos rurais. Essas experiências influenciam a maneira como esses sujeitos percebem o trabalho agrícola, a vida comunitária e as oportunidades de permanência no campo. As representações construídas por esses jovens não são homogêneas: muitas vezes coexistem visões que reconhecem as dificuldades estruturais do meio rural e, ao mesmo tempo, percebem o campo como espaço de pertencimento, identidade e possibilidade de realização pessoal. Dessa forma, os imaginários sobre o campo revelam-se atravessados por tensões entre permanência e deslocamento, tradição e mudança, evidenciando a complexidade das relações sociais que estruturam o trabalho rural contemporâneo.

4.1.1 CAMPO COMO LUGAR DE ATRASO X CAMPO COMO IDENTIDADE

As representações do rural como espaço de atraso e pobreza, por vezes reforçadas por discursos midiáticos e urbanos, entram em tensão com percepções identitárias construídas em contextos locais. Enquanto algumas narrativas associam o campo a processos de marginalização, outras enfatizam valores de pertencimento, tradição e resiliência. Conforme Silva e Mattei (2024), as representações sociais do meio rural articulam, simultaneamente, sentidos de orgulho identitário e estigmas de precariedade, refletindo a complexidade das experiências socioculturais. Nesse sentido, o campo é percebido tanto como local de desafios quanto como espaço de sentido profundo de identidade comunitária e continuidade geracional.

Essa dualidade campo como atraso versus campo como identidade comunitária também aparece em estudos que analisam representações de jovens rurais sobre seu território. Tais representações revelam que muitos jovens internalizam ideias de pertencimento e valorização do campo como espaço de vida, mesmo diante de percepções de dificuldades socioeconômicas. Assim, a experiência cotidiana no meio rural tende a produzir leituras mais complexas da realidade do campo, nas quais convivem simultaneamente sentimentos de orgulho, vínculos comunitários e reconhecimento das limitações estruturais existentes.

O imaginário social construído em torno do rural influencia diretamente as decisões de permanência ou saída dos sujeitos rurais. Representações que valorizam identidades e significados afetivos ligados ao campo podem reforçar a intenção de permanecer, ao passo que narrativas dominantes que enquadram o rural como local de precariedade tendem a impulsionar processos de migração rural-urbana. Segundo Venturin e Oliveira (2024), as representações sociais dos jovens que vivem nas áreas rurais sobre como é a vida no campo estão diretamente associadas às expectativas de sucessão familiar e aos projetos de permanência no território. Esse entrelaçamento entre imaginar e agir demonstra que o imaginário social não é apenas um reflexo das condições materiais, mas um componente constitutivo das trajetórias de vida no campo.

Essa relação entre imaginação e ação também aparece em análises mais amplas sobre o rural no Brasil, as quais ressaltam que representações simbólicas do campo modificam percepções de futuro, influenciando decisões sobre investimentos no trabalho rural, educação dos filhos e continuidade da agricultura familiar como projeto de vida. Dessa forma, o imaginário social atua como um elemento mediador entre as condições estruturais do território e as estratégias adotadas pelos sujeitos para construir suas trajetórias individuais e coletivas.

No contexto do semiárido brasileiro, a transformação do imaginário social sobre o território tem sido marcada pela transição de uma perspectiva historicamente centrada no combate à seca para uma abordagem voltada à convivência com as condições ambientais da região. Enquanto o discurso do combate à seca reforçava a ideia de um território marcado pela escassez e pela inviabilidade produtiva, a perspectiva da convivência com o semiárido passou a valorizar estratégias de adaptação, saberes locais e tecnologias sociais que possibilitam viver e produzir nesse ambiente. Essa mudança de paradigma contribui para ressignificar o território, deslocando a percepção do semiárido de um espaço de carência para um espaço de potencialidades.

Nesse sentido, a alteração no imaginário social sobre o semiárido não representa apenas uma mudança discursiva, mas também influencia práticas econômicas, sociais e culturais. Ao reconhecer o território como viável para a vida e para a produção agrícola, agricultores e comunidades rurais passam a considerar novas possibilidades de investimento e permanência no campo. Assim, o fortalecimento de um imaginário baseado na convivência com o semiárido contribui para ampliar perspectivas de desenvolvimento local, reforçando vínculos territoriais e incentivando projetos de vida que reconhecem o campo não como um fardo, mas como um espaço legítimo de realização social e econômica.

5. PRODUZIR NO CAMPO COMO PROJETO DE VIDA

5.1. Sentidos atribuídos ao trabalho rural pelos sujeitos

Os sentidos que os agricultores familiares atribuem ao trabalho rural vão além da mera ocupação econômica e se entrelaçam com elementos de identidade, pertencimento e satisfação pessoal. Estudos empíricos com agricultores familiares brasileiros evidenciam essa dimensão subjetiva do trabalho: muitos produtores associam a atividade rural a valores de autonomia, autoestima e realização de um modo de vida que abraça tanto a ligação com a terra quanto o sustento da família (Schneider, 2003). Em pesquisa no contexto da Feira Popular da Agricultura Familiar, constatou-se que os agricultores valorizam não apenas os resultados produtivos, mas também o papel social da produção: os agricultores familiares atribuem à sua atividade significados ligados à contribuição para a segurança alimentar, à preservação de saberes tradicionais e ao fortalecimento de relações comunitárias (Garcia, 2024, p. 98). Essa perspectiva mostra que o trabalho no campo pode representar um componente central do projeto de vida dos sujeitos, fundindo sentidos materiais e simbólicos.

Ao mesmo tempo, a qualidade do trabalho no campo influencia diretamente a maneira como ele é percebido pelos sujeitos, incluindo aspectos de satisfação e qualidade de vida. Pupo *et al.* (2022), em estudo realizado no sul do Brasil, observaram que agricultores com maior tempo de permanência na atividade e residência própria tendem a apresentar níveis mais elevados de satisfação com a vida no campo. Esses resultados sugerem que a estabilidade das condições de vida e a consolidação de vínculos com o território favorecem a construção de projetos de vida vinculados à agricultura, fortalecendo a permanência das famílias no meio rural.

Entretanto, ao analisar essas conclusões à luz da realidade do Nordeste brasileiro, é necessário considerar diferenças estruturais importantes entre os contextos regionais. Enquanto o estudo de Pupo *et al.* foi desenvolvido em regiões caracterizadas por maior regularidade hídrica, solos relativamente mais estáveis e infraestrutura agrícola mais consolidada, o contexto do Nordeste especialmente do semiárido apresenta desafios adicionais relacionados à variabilidade climática e à insegurança hídrica. Nessas condições, a permanência no campo muitas vezes exige estratégias constantes de adaptação às limitações ambientais, o que torna a experiência do trabalho rural marcada por maiores níveis de incerteza produtiva. Assim, enquanto em muitas regiões do Sul a continuidade da atividade agrícola está menos condicionada por fatores climáticos extremos, no Nordeste a relação com a água se torna elemento central da organização da vida produtiva e social.

Apesar dessas diferenças, existem também pontos de convergência entre as duas realidades. Tanto no Sul quanto no Nordeste, o trabalho agrícola familiar tende a estar associado a valores de autonomia, identidade territorial e continuidade familiar. No entanto, no contexto nordestino, esses elementos frequentemente se articulam com uma dimensão adicional de resiliência, construída historicamente a partir da necessidade de conviver com as limitações ambientais do semiárido. Dessa

forma, a permanência no campo não depende apenas da satisfação com o trabalho ou da estabilidade econômica, mas também da capacidade das famílias de desenvolver estratégias de convivência com a escassez hídrica e com as variações climáticas.

Nesse sentido, a valorização do trabalho rural no Nordeste está profundamente vinculada às práticas e conhecimentos desenvolvidos para lidar com essas condições específicas. Tecnologias sociais de captação de água, manejo adaptado das culturas e redes de solidariedade comunitária tornam-se elementos fundamentais para a continuidade da agricultura familiar na região. Assim, diferentemente de contextos onde a disponibilidade de recursos naturais é mais estável, no semiárido o projeto de vida rural frequentemente incorpora uma dimensão de resistência e adaptação permanente, o que contribui para moldar um imaginário do agricultor marcado pela persistência, pela criatividade produtiva e pela forte relação com o território.

Nesse sentido, os significados subjetivos atribuídos ao trabalho rural não se constroem de forma isolada, mas estão profundamente imbricados nas trajetórias familiares e na memória social do campo. O trabalho agrícola, ao ser vivido cotidianamente como fonte de satisfação, pertencimento e realização pessoal, conecta-se às experiências herdadas de gerações anteriores, nas quais produzir no campo representava não apenas uma atividade econômica, mas um modo de vida compartilhado. Assim, os sentidos individuais do trabalho rural articulam-se a dimensões coletivas e intergeracionais, fazendo com que a permanência na agricultura seja compreendida tanto como escolha subjetiva quanto como continuidade de um legado familiar e territorial.

Para muitas famílias rurais, a agricultura é simultaneamente uma herança cultural, uma identidade coletiva e uma estratégia concreta de sobrevivência. Ao analisarem planos de vida em contextos rurais, estudiosos das dinâmicas familiares sinalizam que o vínculo com a terra e a continuidade de práticas agrícolas são frequentemente concebidos como prolongamento da história familiar (Woortmann, Woortmann, 1997). Esse laço intergeracional carrega consigo dimensões emocionais e normativas, ou seja, aquilo que “se deve fazer” por tradição e também dimensões pragmáticas, como a necessidade de manter meios de subsistência estáveis. A literatura especializada indica que a continuidade da agricultura familiar costuma ser percebida como herança social e econômica, consolidando a imagem da propriedade rural como um elemento central da identidade familiar (Staloch; Rocha, 2018, p. 104).

No entanto, essa identidade construída em torno da agricultura não se define apenas em relação às forças econômicas; ela também dialoga com expectativas de pertencimento ao território. Em muitos casos, agricultores relatam em entrevistas e pesquisas qualitativas que permanecer no campo é aquilo que lhes confere sentido de raiz e continuidade, especialmente quando se reconhecem como guardiões de práticas culturais e ambientais ligadas ao território (Schneider, 2003). Esse vínculo

pode ser entendido simultaneamente como herança histórica e como estratégia de sobrevivência adaptada às condições socioeconômicas contemporâneas do meio rural.

Dessa forma, produzir no campo como projeto de vida revela-se como uma construção social complexa, atravessada por dimensões materiais, simbólicas e afetivas. O trabalho rural, longe de se restringir a uma atividade de subsistência, constitui um elemento central na conformação das identidades individuais e familiares, articulando herança histórica, pertencimento territorial e estratégias contemporâneas de reprodução social. Ao mesmo tempo em que a permanência no campo pode expressar continuidade e escolha consciente, ela também é marcada por condicionantes estruturais que tensionam esse projeto, como a precarização do trabalho e a instabilidade econômica. Assim, compreender o campo como projeto de vida implica reconhecer tanto a agência dos sujeitos rurais quanto os limites impostos pelas desigualdades sociais, evidenciando que a decisão de permanecer ou sair do campo é resultado de um processo dinâmico, histórico e socialmente situado.

5.2. Tensões entre tradição, necessidade e escolha

Apesar de os valores de tradição e identidade reforçarem a concepção do campo como espaço de vida, também existem tensões entre herança cultural, necessidade econômica e escolha individual. A coexistência desses elementos pode chegar a contradições, sobretudo entre gerações mais jovens, que ponderam entre permanecer no campo muitas vezes associando isso à continuidade familiar e buscar outras oportunidades econômicas e educacionais nas zonas urbanas. Diante de Pupo *et al.* (2022), os jovens camponeses apontam que muitos enfrentam dilemas entre manter tradições e buscar mudanças de vida, articulando seus projetos de futuro a partir tanto da afinidade com o meio rural quanto das oportunidades de ascensão social. Esse processo pode gerar ambivalências em relação ao seu lugar dentro do campo.

Além disso, essa tensão também se manifesta na relação entre necessidade de sobrevivência e escolha autônoma. Em contextos marcados por precariedades econômicas e insegurança produtiva, permanecer no campo pode não ser uma decisão exclusivamente baseada no desejo, mas também uma estratégia condicionada por limitações estruturais e pela ausência de alternativas de inserção econômica (Wanderley, 2009). O desafio de equilibrar tradição, necessidade e escolha torna-se, assim, um dos elementos centrais na construção dos projetos de vida rurais sob condições contemporâneas de desigualdade e transformações sociais.

Essas tensões revelam que os projetos de vida no meio rural não são construídos de forma linear ou estável, mas resultam de negociações constantes entre expectativas individuais e

condicionantes estruturais. A permanência no campo, portanto, não pode ser compreendida apenas como adesão à tradição nem como resultado exclusivo da necessidade econômica, mas como um processo de decisão situado, no qual os sujeitos avaliam possibilidades, limites e aspirações. Nesse contexto, o trabalho rural passa a ser reinterpretado à luz das condições contemporâneas, incorporando novas estratégias de adaptação que permitem conciliar, ainda que de forma conflitiva, a reprodução material da família e a busca por reconhecimento social e autonomia (Schneider, 2003).

O campo, para muitos agricultores familiares, não é apenas um espaço de trabalho, mas um projeto de vida coletivo que articula aspirações individuais e metas familiares de realização, continuidade e segurança socioeconômica (Wanderley, 2014). Essa perspectiva é enfatizada por experiências empíricas que mostram como famílias rurais pensam seu futuro de maneira integrada ao território. A existência no campo como projeto de vida envolve não apenas expectativas econômicas, mas também a construção de sentidos ligados à autonomia, à identidade comunitária e à gestão familiar da propriedade (Garcia, 2024, p. 102).

A dimensão coletiva desse projeto de vida torna-se ainda mais explícita quando adolescentes e jovens do meio rural incorporam a agricultura às suas aspirações de educação, carreira e realização pessoal. Segundo Delgado e Bergamasco (2022), a formação técnica em agropecuária muitas vezes é percebida não como uma alternativa à agricultura, mas como uma estratégia para fortalecer a própria unidade familiar produtiva. Dessa forma, a educação direcionada ao campo aparece como mecanismo de integração entre tradição familiar e projeto profissional, consolidando o meio rural como espaço de realização pessoal e continuidade familiar.

É justamente nesse espaço de negociação que o campo se afirma como um projeto que ultrapassa a esfera individual e assume uma dimensão familiar e coletiva. As escolhas feitas pelos sujeitos rurais, especialmente pelos jovens, tendem a ser influenciadas não apenas por desejos pessoais, mas também pelas expectativas da família, pela história da propriedade e pelas responsabilidades compartilhadas na manutenção do grupo doméstico. Assim, mesmo quando atravessadas por incertezas e ambivalências, as decisões relacionadas à permanência no campo são frequentemente ancoradas em compromissos intergeracionais, nos quais o futuro individual se entrelaça ao destino da família e do território (Woortmann; Woortmann, 1997).

5.3. Relação dos jovens com o trabalho rural

A relação da juventude rural com o trabalho no campo é marcada por ambiguidades que refletem tanto a herança familiar quanto as transformações contemporâneas do mundo do trabalho.

Para muitos jovens, a agricultura permanece associada às experiências vividas no interior das unidades familiares, sendo aprendida desde a infância como parte da dinâmica cotidiana e da identidade social. No entanto, diferentemente das gerações anteriores, essa relação tende a ser mediada por expectativas de reconhecimento social, estabilidade econômica e qualidade de vida. Schneider (2020) observa que a juventude rural não rompe necessariamente com a agricultura, mas passa a avaliá-la a partir de novos critérios, relacionados à autonomia, renda e perspectivas de futuro. Assim, o trabalho rural deixa de ser compreendido como destino inevitável e passa a ser objeto de reflexão e escolha.

Ao mesmo tempo, as condições concretas de trabalho marcadas por insegurança produtiva, baixos rendimentos e limitações estruturais influenciam diretamente a forma como os jovens percebem a possibilidade de permanecer no campo. Essa realidade reforça as tensões já discutidas anteriormente entre tradição, necessidade e escolha, demonstrando que a permanência juvenil na agricultura depende não apenas de vínculos afetivos, mas também da viabilidade material do trabalho rural como projeto de vida.

A escolarização ocupa um lugar central na construção das expectativas de futuro da juventude rural. O acesso à educação formal, sobretudo ao ensino médio e superior, amplia horizontes e redefine projetos individuais, muitas vezes associando o sucesso pessoal à inserção em ocupações urbanas. Abramovay (2019) já destacava que a escola, ao mesmo tempo em que promove inclusão social, pode atuar como vetor de distanciamento simbólico do campo, ao valorizar trajetórias profissionais desvinculadas da agricultura. Em estudos mais recentes, Wanderley (2021) aponta que a educação passou a ser compreendida pelas famílias rurais como estratégia de mobilidade social, ainda que isso implique o afastamento dos jovens do trabalho agrícola.

Contudo, essa relação não é homogênea. Em alguns contextos, especialmente quando há oferta de educação contextualizada ou formação técnica voltada à agropecuária, a escolarização pode fortalecer o vínculo dos jovens com o campo. Nesses casos, a educação não aparece como negação da vida rural, mas como ferramenta de qualificação e ressignificação do trabalho agrícola, possibilitando a construção de projetos de futuro que conciliem formação escolar e permanência no território.

Nesse sentido, políticas públicas educacionais voltadas para populações do campo têm buscado aproximar formação acadêmica e desenvolvimento rural. Programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) foram criados com o objetivo de ampliar o acesso de jovens e adultos rurais à formação técnica e superior, articulando educação e fortalecimento das comunidades rurais. Essas iniciativas procuram incentivar que estudantes do

campo se qualifiquem em diferentes áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que mantêm vínculos com seus territórios de origem, contribuindo para o desenvolvimento local e para a valorização do meio rural como espaço de trabalho e realização profissional.

5.4. Descontinuidade geracional

A dificuldade de sucessão familiar e a descontinuidade geracional constituem um dos principais desafios para a reprodução social da agricultura familiar na contemporaneidade. A saída dos jovens do campo, frequentemente associada à busca por melhores oportunidades educacionais e profissionais, compromete a continuidade das unidades produtivas e enfraquece os vínculos intergeracionais com a terra. Conforme destacam Silva *et al.* (2023), a ausência de sucessores familiares tem se tornado um fenômeno recorrente em diversas regiões rurais, refletindo não apenas transformações nos valores e aspirações juvenis, mas também limitações estruturais que dificultam a permanência das novas gerações na atividade agrícola.

Nesse sentido, a descontinuidade geracional não deve ser interpretada exclusivamente como recusa da agricultura ou negação do modo de vida rural. Trata-se, sobretudo, da expressão das desigualdades sociais, econômicas e institucionais que atravessam o meio rural brasileiro. Para muitos jovens, permanecer no campo implica enfrentar condições de trabalho precárias, baixa rentabilidade e restrições no acesso a políticas públicas, o que reforça a percepção de que o futuro desejado se encontra fora do espaço rural. Assim, a ruptura geracional aparece como resultado de um processo social mais amplo, no qual as escolhas individuais são condicionadas por estruturas desiguais e oportunidades limitadas (Wanderley, 2009).

É justamente a partir desse quadro de tensões que emergem debates sobre a possibilidade de ressignificação do campo como espaço de vida e trabalho para a juventude rural. Diferentes estudos apontam que a diversificação produtiva, a pluriatividade, o acesso a tecnologias digitais e a valorização de práticas sustentáveis podem contribuir para a construção de novos sentidos atribuídos à vida no campo, tornando-o mais atrativo às novas gerações. Segundo Schneider (2020), a permanência dos jovens no meio rural depende da capacidade de transformar a agricultura em uma atividade economicamente viável, socialmente valorizada e simbolicamente reconhecida.

Nessa perspectiva, o campo pode ser compreendido como um projeto de vida em reconstrução, que articula tradição e inovação, identidade e escolha, pertencimento territorial e expectativas de futuro. A juventude rural emerge, assim, como sujeito estratégico na redefinição das ruralidades contemporâneas, pois é a partir de suas decisões, experiências e projetos que se torna possível avaliar

se produzir no campo continuará ou não a se constituir como um projeto de vida viável no semiárido paraibano e no rural brasileiro como um todo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central analisar se produzir no campo ainda se configura como um projeto de vida para as populações do semiárido nordestino, a partir da articulação entre transformações no trabalho rural, imaginários sociais sobre o campo e as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras. Partiu-se da compreensão de que o trabalho rural não pode ser reduzido à dimensão produtiva ou econômica, devendo ser interpretado como prática social, histórica e simbólica, profundamente vinculada às identidades, aos vínculos territoriais e às expectativas de futuro dos sujeitos que vivem no meio rural. Ao longo do texto, buscou-se responder à questão orientadora do estudo por meio de uma análise que integrou dimensões estruturais, culturais e subjetivas da vida no campo semiárido.

Os resultados indicam que o trabalho rural permanece como eixo central da reprodução social da agricultura familiar, ainda que atravessado por importantes transformações. A caracterização socioeconômica e territorial evidenciou que as condições ambientais adversas, somadas à histórica concentração fundiária e às desigualdades no acesso a políticas públicas, continuam a influenciar as formas de produzir e viver no campo. Apesar disso, a agricultura familiar demonstra capacidade de adaptação, expressa na diversificação produtiva, no uso de tecnologias sociais e na articulação entre atividades agrícolas e não agrícolas. Essas estratégias indicam que a permanência no campo resulta de processos ativos de adaptação às condições climáticas, econômicas e institucionais.

No que se refere às transformações no trabalho rural, observou-se que a incorporação seletiva de tecnologias e a ampliação da pluriatividade reconfiguram as práticas produtivas e as formas de geração de renda. Embora essas mudanças ampliem possibilidades de permanência no meio rural, também revelam a persistência de fragilidades estruturais, como instabilidade econômica, informalidade e dependência de políticas públicas frequentemente descontinuadas. Nesse contexto, o trabalho agrícola passa a coexistir com outras fontes de renda, redefinindo seu papel na organização econômica das famílias rurais.

A análise do imaginário social demonstrou que as representações sobre o campo influenciam significativamente as decisões relacionadas à permanência ou saída do meio rural. Narrativas que associam o campo ao atraso e à precariedade coexistem com representações que valorizam o pertencimento territorial, a tradição e a identidade rural. Essa ambivalência é particularmente

relevante entre os jovens, cujas escolhas tendem a ser orientadas tanto por fatores econômicos quanto por dimensões simbólicas e afetivas associadas à vida no campo.

Ao considerar o produzir no campo como projeto de vida, o estudo evidenciou que, para muitos agricultores familiares, o trabalho rural representa simultaneamente herança cultural, identidade social e estratégia de sobrevivência. Os sentidos atribuídos à agricultura articulam autonomia, satisfação pessoal e continuidade familiar, revelando que a permanência no campo envolve dimensões coletivas e intergeracionais. Entretanto, esses projetos de vida são atravessados por tensões relacionadas às condições materiais de trabalho, às expectativas de mobilidade social e às trajetórias educacionais da juventude rural.

Os limites do trabalho rural no semiárido tornam-se evidentes diante da persistência das desigualdades estruturais, da precarização das condições produtivas e da insuficiência de políticas públicas integradas e contínuas. Esses fatores restringem a capacidade de reprodução social da agricultura familiar e dificultam a permanência das novas gerações no campo. Ainda assim, o estudo identificou potencialidades importantes, como a valorização dos saberes tradicionais, a convivência com o semiárido, a diversificação produtiva e a ampliação do acesso à formação técnica contextualizada.

Diante desse cenário, produzir no campo pode continuar a se constituir como um projeto de vida viável no semiárido nordestino, desde que existam condições sociais, econômicas e institucionais que sustentem essa escolha. A permanência no meio rural depende não apenas das decisões individuais, mas também da implementação de políticas públicas que reconheçam a centralidade da agricultura familiar, promovam segurança produtiva e valorizem o trabalho rural. Nesse processo, a juventude rural assume papel estratégico, pois suas escolhas e trajetórias influenciam diretamente a continuidade ou a transformação das ruralidades contemporâneas.

Por fim, este estudo contribui para o debate acadêmico ao reforçar a importância de abordagens integradas sobre o rural, capazes de articular trabalho, imaginário social e projetos de vida. Ao evidenciar que produzir no campo é uma construção social dinâmica, marcada por contradições, resistências e possibilidades, o artigo amplia a compreensão sobre os desafios e as potencialidades do semiárido nordestino. Espera-se que as reflexões apresentadas possam subsidiar novas pesquisas e orientar políticas públicas comprometidas com a valorização do trabalho rural e com a construção de futuros socialmente mais justos para as populações do campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO.D. F; SOBRINHO, F.L.A. **O Avanço do neoliberalismo e a reforma agrária brasileira.2019.**

BANDEIRA, L; MIELE, N; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

BRANFORD.S. **Lidando com Governos: O MST e as administrações de Cardoso e Lula**. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário oficial da união, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020**. Dispõe sobre instrumentos para o financiamento do setor agropecuário e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.275, de 23 de dezembro de 2021**. Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para aprimorar a Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2021.

CARRARA.R. **O campo e a cidade: movimentos sociais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV,2001.

COSTA.M, S; VIANA, M.R.A. **Questão agrária como expressão da questão social**.2024. CPT – **Comissão Pastoral da Terra**. Conflitos no campo. Brasília, 2017.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**. Relatório Brasil. 2016.

DELGADO.G, C. **A questão agrária no Brasil,1950-2003**. in: jaccoud, l. questão social e políticas sociais no brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DELGADO.G, C. **Do capital financeiro na agricultura à ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre. UFRGS, editora, 2012.

FERNANDES.B, M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONSECA, B. C. da. **Questão agrária em José de Souza Martins**. 2021. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FREYRE.G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record,2000.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7794>. Acesso em: 06 fev. 2026.

GOMES.R, M. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais**. 288 f., il. tese (doutorado em política social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GRAZIANO.D, S. *et al.* **Segurança alimentar: agricultura familiar no Brasil**. Brasília: FAO.2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; NETTO, José Paulo. **Serviço Social e Questão Social no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNIO. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo agropecuário. 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUCIANO.C, D, S; CORREA.; P, B. **A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira**. Revista Katáysis, 25(3),478-487. 2022.

MALHEIRO, Bruno; MICHELOTTI, Fernando. **Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia**. In: VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG 2024). Anais [...]. 2024. Disponível em: https://www.cbge2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727748878_ARQUIVO_335dd9225b9275370d959e2476713bf9.pdf. Acesso em: 01 dez. 2025.

MARTINS.J, D, S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS.J, D, S. **O cativo da terra**. 10.ED. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS.J, D, S. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Tempo social,11(2),97-128. 1999.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEL.L, F. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós- redemocratização do país**. estudos sociedade e agricultura, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 301-325, ISSN 1413- 0580.

MEDEIROS.L. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: editora fundação perseu abramo, 2003.

MEDEIROS.R. **Transformações institucionais e políticas agrárias no governo Temer**. São Paulo: Hucitec, 2020.

MONTE.F, C, D. **O INCRA e a política de assentamentos rurais: um estudo sobre processos político- administrativos de ação pública**. 234 f. tese (doutorado) – universidade federal rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2013.

MST, 2014. NAVARRO.Z; CAMPOS FILHO.M.T.A. **Políticas públicas para agricultura família**. Brasília: IICA.2014. OLIVEIRA.A, U. **A questão agrária no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP. 1991.

PEREIRA, J. M. M. **Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002)**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2015.

PRADO JR.C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS FILHO.E, S. **Questão agrária atual: sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006).**2008.

ROCHA, H. F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira.** Estudo dos assentamentos da região Centro-Sul. Estudo dos assentamentos da região Centro-Sul, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS.M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: hucitec, 2005.

SAUER.S; TUBINO.N; LEITE.A, Z; CARRERO.G. **Governo bolsonaro amplia a grilagem de terras com mais uma medida provisória.** boletim dataluta, n. 144, p. 2-11, dezembro 2019.

SILVA, Daniel Neves. **Golpe Militar de 1964.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SILVA.J, G. Reforma agrária já? in: LEAL, Laurindo (org.). **a reforma agrária na nova república: contradições e alternativas.** São Paulo: Cortez, educ, 1985, p. 59-76.

SOUSA.P, G. **Turismo em assentamentos de reforma agrária no nordeste do brasil / plínio guimarães de souza.** – 2017.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003.** Bib. Orton IICA/CATIE, 2005.

TARGINO, I; MOREIRA, E; MENEZES, M. **As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas.** *RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 5, n. 1, 2013.

TEXEIRA.G. **Medida provisória nº 759, de 2016** – dispositivos sobre as políticas agrária e fundiária: parecer. Câmara dos Deputados, Brasília, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Questão Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.